
Contribuições de Stáline

para a Ciência Militar e Política Soviética (X)

Ulrich Huar

Capítulo V

Abertura [da Conferência de Ialta]

A pedido de Stáline, Roosevelt abriu a conferência dizendo que «*os líderes das três potências*» já se entendiam bem e que «*a compreensão entre si crescia*». ¹

Se esta observação amigável foi ou não irônica, não interessa agora.

Depois de um relatório síntese do general do exército Antonov sobre os êxitos da operação Vístula-Oder, Churchill, aparentemente muito preocupado com o bem-estar das tropas soviéticas, colocou, entre outras, a questão sobre o que «*tinha de ser feito*» para impedir a transferência de oito divisões alemãs de Itália para a frente soviética. Ele também tinha logo uma sugestão: «*Talvez se devesse retirar uma parte das tropas aliadas (de Itália, UH) e enviá-las pela estrada para Liubliana, para assim se unirem ao Exército Vermelho?*» ²

Uma vista de olhos pelo mapa é suficiente para questionar porque é que Churchill não mencionou logo Viena.

Não é preciso muito para reconhecer o verdadeiro objectivo de Churchill, por trás das suas «*preocupações*» em «*aliviar*» o Exército Vermelho. Em Janeiro, pouco antes da conferência, Elliot Roosevelt, que acompanhava o seu pai na conferência, recebeu de Henry Hopkins a informação sobre «*os planos de invasão [de Churchill] a partir do Sul,...*» como «*última tentativa de infiltrar soldados aliados nas Balcãs antes dos russos...*». ³

Depois da troca de informações sobre os resultados da ofensiva soviética de Inverno e os resultados da defesa da ofensiva das Ardenas a Ocidente, Stáline declarou que a União Soviética, de acordo com as conclusões da Conferência de Teerão, «*não estava obrigada a fazer a ofensiva de Inverno*».

¹ *Teheran. Ialta. Potsdam. Dokumentensammlung*, Progress Verlag, Moskau, 1978, p. 111 (de seguida chamado «*Conferências*»)

² Idem, *ibidem*, p. 116.

³ Elliot Roosevelt, *As he saw it*, Zurique, 1947, p. 289.

O presidente perguntou-lhe se ele podia receber um representante do general Eisenhower. Ele naturalmente concordou. Churchill enviou-lhe uma mensagem, na qual perguntava se ele, Stáline, tinha a intenção de, durante o mês de Janeiro, iniciar a ofensiva. Stáline entendeu que nem Churchill, nem Roosevelt lhe solicitavam directamente uma ofensiva. Ele apreciava esta sensibilidade dos Aliados, porém compreendeu que uma tal ofensiva era necessária para os Aliados. O comando soviético iniciou-a ainda antes da data marcada. O governo soviético considerou-a sua obrigação, obrigação de aliado, apesar de não ter nenhuma obrigação formal. Stáline queria que os líderes das potências aliadas soubessem que o líder soviético não só cumpria com as suas obrigações, como também estava disponível para assumir as obrigações morais deles, sempre que possível. Perguntou quais eram os seus desejos, porque Tedder tinha pedido para que as tropas soviéticas não interrompessem a sua ofensiva até ao final de Março. Stáline entendeu isto como talvez não fosse só um desejo de Tedder, mas que outros líderes militares dos aliados também o desejassem. Nós, disse Stáline, continuaremos a nossa ofensiva se o tempo e o estado das estradas o permitir.⁴

Duas observações feitas de passagem no final do primeiro dia da conferência devem ser consideradas. A propósito do futuro da Alemanha, Churchill observou: «*Caso esta venha a ter algum futuro*». Stáline respondeu lacónico: «*A Alemanha terá um futuro*».⁵

Se na primeira reunião se tratou de um género de «*ponto da situação*» sobre o estado das coisas nas frentes e de uma troca de experiências sobre os combates havidos até aí, nas reuniões seguintes, 13 no total, tratou-se de questões relacionadas com a ordem do pós-guerra, que na maioria das vezes foram discutidas na perspectiva de um determinado tema e decididas assim que foi possível chegar a um acordo.

Sobre a Questão Alemã **Segunda e sexta reuniões, 5 e 9 de Fevereiro**

A Alemanha devia ser dividida? Esta questão não deve ser confundida com a criação de zonas de ocupação pelos Aliados. Roosevelt na verdade pensava que estas zonas talvez pudessem «*ser o primeiro passo para a divisão da Alemanha*».⁶

A questão da divisão foi profundamente discutida, mas não decidida. Churchill defendeu o seu velho plano da criação de um «*novo grande estado alemão no Sul, cuja capital podia ser Viena, que asseguraria uma linha divisória de águas entre a Prússia e o resto da Alemanha*». Colocava-se-lhe uma outra questão: se a Prússia «*deveria ser ainda mais dividida*».⁷ Roosevelt, não via «*sob as condições actuais nenhum outro caminho do que a divisão...*»⁸. Stáline declarou que a questão estava

⁴ Conferências, p. 121. Lord Arthur W. Tedder era marechal da força aérea britânica.

⁵ Idem, ibidem, p. 123.

⁶ Idem, ibidem, p. 124.

⁷ Idem, ibidem, p. 126.

⁸ Idem, ibidem, p. 128.

decidida «em princípio» e que teria de «ser fixada no contexto da capitulação incondicional»⁹, contudo não se pronunciou de forma concreta ou vinculativa. A questão da divisão não deveria ser incluída no texto do documento da capitulação. Stáline deixou em aberto a questão da divisão. No comunicado final da conferência afirmava-se então que «estavam de acordo» em dar a conhecer as «cláusulas da capitulação incondicional» só depois da «derrota definitiva da Alemanha»¹⁰.

No que diz respeito às zonas de ocupação afirmava-se que «as forças armadas das três potências ocupam uma zona da Alemanha». Importante é a constatação de que o plano das três potências previa «uma administração coordenada e controlada por uma comissão central de controlo com sede em Berlim», que devia «ser constituída pelos comandantes em chefe das três potências»¹¹. A França deveria ser convidada a assumir uma zona de ocupação e a tomar parte como quarto membro na comissão de controlo.¹² No comunicado final afirmava-se inequivocamente: era «vontade inabalável» das três potências «destruir o militarismo e o nazismo e assegurar que a Alemanha nunca mais estará em condições de prejudicar a paz mundial...». Não era seu objectivo [das três potências] «destruir o povo alemão. Só quando o militarismo e o nazismo estiverem exterminados, existirá uma vida digna e um lugar na comunidade das nações para o povo alemão»¹³.

Reparações

O governo soviético tinha delineado um plano sobre a questão das reparações, cujos princípios foram apresentados por Maiski¹⁴ na conferência. As reparações não deviam ser cobradas em dinheiro, como na I Guerra Mundial, mas pagas em géneros, de duas formas: um pagamento único através da riqueza nacional da Alemanha (fábricas, máquinas, navios, material ferroviário, equipamento em fábricas no estrangeiro, etc.) e no fornecimento anual de mercadorias. A indústria pesada da Alemanha (indústria metalúrgica, indústria siderúrgica, construção de máquinas, tratamento de metais, eletrotécnica, química, etc.) devia fornecer 80 por cento. Na construção de aviões e produção de combustível sintético estava previsto um fornecimento a cem por cento, o mesmo para indústria de armamento especializada (fábricas de armas, de munições, etc.).

Os 20 por cento restantes da indústria antes da guerra eram considerados suficientes para cobrir as necessidades internas da Alemanha. O pagamento das reparações devia decorrer num prazo de dez anos. Estava previsto um apertado controlo da economia alemã pelos ingleses, soviéticos e americanos. Este controlo também se devia manter depois do fim do prazo de pagamento das reparações.

Como era impossível pagar todos os prejuízos resultantes da agressão alemã, cuja contabilização teria atingido uma soma astronómica, os países que tinham direito às reparações deviam decidir uma certa ordem das indemnizações, de acordo com dois

⁹ Idem, ibidem, p. 130.

¹⁰ Idem, ibidem, p. 200.

¹¹ Idem, ibidem.

¹² Idem, ibidem, p. 201.

¹³ Idem, ibidem.

¹⁴ I.M. Maiski, 1932-1943 embaixador em Londres/em Agosto de 1943 nomeado representante do Comissário do Povo para os Assuntos Estrangeiros (Mólotov) em Moscovo.

critérios: por um lado de acordo com a contribuição do respectivo país para a vitória sobre o inimigo, por outro de acordo com a dimensão da perda material directa. A URSS considerava justo receber reparações no valor de dez mil milhões de dólares. Isto corresponderia a uma pequena parte das perdas materiais directas sofridas pela URSS.

Uma Comissão de Reparções especial devia ser criada com representantes das três potências com sede em Moscovo.¹⁵

Churchill não duvidava do direito da URSS a reparações, mas sim do êxito de receber «*um tal número de valores*» de uma Alemanha destruída. Levantava-se «*o fantasma de uma Alemanha faminta com os seus 80 milhões de habitantes...*» perante os seus olhos. «*Quem os alimentaria, quem pagaria. Não chegariam ao ponto de os Aliados terem de pagar uma parte das reparações do seu próprio bolso?*».¹⁶

Maiski respondeu: o fracasso das reparações depois da I Guerra Mundial residiu no facto de terem sido exigidas em dinheiro e não em géneros. Uma outra razão fora que o avultado investimento em capital dos EUA, Inglaterra e França na Alemanha tinha-a encorajado a não cumprir com as suas obrigações no pagamento das reparações. A Alemanha tinha pago aos Aliados cerca de um quarto da soma que estes lhe tinham emprestado nos primeiros anos de guerra. (Maiski evitou dizer por que razão as três potências ocidentais tinham concedido tanto crédito à Alemanha. Evitou também referir o Tratado de Rapallo, no qual a Alemanha e a Rússia Soviética tinham abdicado reciprocamente de reparações).

Por isso agora se propunha que as reparações deveriam ser pagas em géneros para que se evitassem dificuldades de transferências como as da I Guerra Mundial. Seria de esperar «*que os EUA e a Inglaterra não financiassem a Alemanha depois do fim da guerra*».

Roosevelt e Churchill deram a entender que «*não tinham essa intenção*». (Ainda não se falava no Plano Marshall).

Churchill deu a entender que a soma exigida pela URSS era «*insuportável para a Alemanha*». Dificilmente essa soma poderia estar correcta. Maiski contabilizou: 10 mil milhões de dólares eram só dez por cento do orçamento dos EUA para 1944/45, eram um quarto orçamento dos EUA em tempo de paz. Quanto a Inglaterra, dez mil milhões equivaliam somente a seis meses de despesas de guerra ou a 2,5 vezes o seu orçamento em tempos de paz (1936-38). Neste caso não se poderia falar de uma «*exorbitância*» na exigência soviética, antes de uma «*modéstia excessiva destas exigências...*».

Maiski respondeu à objecção de Roosevelt e Churchill de que «*tem de se evitar a fome na Alemanha*»: «*O governo soviético não tenciona de forma nenhuma transformar a Alemanha num país faminto, esfarrapado e descalço*». Durante a elaboração do plano de reparações, o governo soviético preocupou-se em «*criar condições para que o povo alemão tenha, depois da guerra, o nível de vida europeu*». Não há limitações para a agricultura e indústria ligeira na Alemanha que possam vir a ser alargadas. A Alemanha também estaria livre de todas as despesas com armamento, já que seria completamente desarmada.¹⁷

¹⁵ Conferência, op. cit., pp. 131-133.

¹⁶ Idem, ibidem, p. 134 3 seg.

¹⁷ Idem, ibidem, pp. 135-138.

Nas discussões seguintes, Churchill e Roosevelt foram evasivos. Só houve acordo na criação de uma comissão para as reparações.

Stáline era da opinião que a Conferência tinha de aprovar directivas para o trabalho da comissão de reparações. O princípio orientador tinha de ser, que em primeiro lugar recebiam reparações os Estados que «*tinham suportado o fardo principal da guerra e organizado a vitória sobre o inimigo*». Estes Estados eram a URSS, os EUA e a Grã-Bretanha. Tinha de «*se estipular definitivamente que o direito a reparações pertencia principalmente àqueles que tinham contribuído para a derrota do inimigo*».

Roosevelt declarou estar de acordo, Churchill não teve objecções. A questão das reparações foi entregue aos ministros dos negócios estrangeiros. Churchill anunciou ainda o seu princípio: «*A cada um segundo as suas necessidades, mas da Alemanha segundo as suas capacidades. Este princípio devia ser a base do plano de reparações*».

Por outras palavras, ele não concordava com o princípio orientador de Stáline. Stáline respondeu então que ele preferia um outro princípio: «*A cada um de acordo com os seus merecimentos*».¹⁸

Na sexta reunião, a 9 de Fevereiro, o ministro americano dos Negócios Estrangeiros, Stettinius, informou que os ministros dos Negócios Estrangeiros tinham aprovado os pontos 1 e 2 do plano americano apresentado. Era um compromisso entre os princípios apresentados por Stáline e por Churchill.

1. Em primeiro lugar recebem reparações os países que suportaram os maiores fardos da guerra, sofreram pesadas baixas e organizaram a vitória sobre o inimigo.

2. A questão da utilização de mão-de-obra alemã como forma de reparação foi adiada. As reparações são em géneros, por um lado a levantar de uma só vez depois do fim da guerra, por outro pelo fornecimento anual de mercadorias. O levantamento único deverá ocorrer nos dois anos seguintes ao fim da guerra, o fornecimento de mercadorias no decorrer de dez anos depois da guerra.

Sobre o ponto 3 chegou-se a um compromisso. A totalidade das reparações nas suas duas formas devia perfazer 20 mil milhões de dólares. A URSS devia receber 50 por cento.

O ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Sir Anthony Eden, ressaltou que ainda não tinha recebido nenhuma instrução de Londres.¹⁹

Na sétima reunião, a 10 de Fevereiro, Churchill e Roosevelt acharam que não se devia referir uma quantia. Stáline discordou, era incorrecto dar a impressão de que as reparações seriam pagas em dinheiro. «*Não se trata de dinheiro, mas sim de mercadorias no valor de 20 mil milhões de dólares*».

Stáline perguntou directamente: «*Ou talvez a conferência não queira que os rusos recebam qualquer reparação?*» Churchill naturalmente «*negou*», com o conhecido «*mas...!!!*» «*... a conferência não deve amarrar-se a nenhum número*». Citou um telegrama do gabinete de guerra, que tinha acabado de receber, em que os ingleses consideravam «*impossível*» «*nomear já agora a extensão das reparações*...». Os ingleses atribuem «*importância especial*» à capacidade dos alemães em pagar as suas

¹⁸ Idem, ibidem, p. 139 e seg.

¹⁹ Idem, ibidem, p. 180.

importações. «*Se não*», achava Churchill, «*ficaríamos numa situação em que nós teríamos de pagar à Alemanha, enquanto os outros receberiam as reparações*». ²⁰

Em linguagem não diplomática significava que a URSS não devia receber nada, já sem referir o facto de este género de «*telegramas*» chegar sempre no momento certo.

Apenas uma «*proposta de resolução*» de Stáline, na qual a Alemanha tinha de reparar os prejuízos que tinha provocado aos países aliados durante a guerra através de mercadorias e que a Comissão de Reparções analisaria a questão da extensão dos prejuízos a serem reparados assim como deveria informar os respectivos governos das suas conclusões, teve a concordância de Churchill e Roosevelt. Stáline perguntou irónico: «*Amanhã não o revogarão?*» ²¹

No comunicado final também não houve fixação das reparações. Apenas se referiu que «*se considera justo*», que a Alemanha «*tem de reparar em géneros na maior dimensão possível os prejuízos causados*». ²²

Andrei Gromiko, que tomou parte na Conferência como membro da delegação soviética, escreveu nas suas memórias que «*a questão das reparações alemãs à URSS nunca foi regulamentada*». «*Stáline e a restante delegação soviética perguntavam-se o que teriam pensado Roosevelt e Churchill quando puseram de parte esta questão. Não tinham compreendido que não era mais do que uma gota no oceano se os alemães tivessem de pagar 20 ou 30 mil milhões de dólares? Os prejuízos que provocaram no nosso país foram mais tarde avaliados em 2,6 milhões de milhões de rublos. Terão os nossos aliados pensado que a economia soviética não devia recuperar muito rapidamente?*

Cada um dos três grandes pronunciou-se mais do que uma vez sobre este tema, o Presidente menos do que os outros. Estava disponível para aceitar a possibilidade de uma reparação nominal, mas não podia referir nenhuma quantia. Também evitou um confronto directo com Churchill, que nem sequer estava disposto a admitir um gesto de reparação simbólico à URSS.» ²³

Numa conversa com Gromiko, depois de uma destas discussões, Stáline disse-lhe: «*Possivelmente os EUA e a Inglaterra já se entenderam nesta questão.*» Esta suspeita, segundo Gromiko, veio mais tarde a confirmar-se. ²⁴

²⁰ Idem, ibidem, p. 193 e seg.

²¹ Idem, ibidem, p. 194.

²² Idem, ibidem, p. 201 e seg.

²³ Andrei Gromyko, *Erinnerungen, Internationale Ausgabe*, Dusseldorf-Wien-New York, 1989, p. 129 e seg.

²⁴ Idem, p. 130.